

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SORAYA APARECIDA DA SILVA CARMO

**ESTUDO SOBRE O ABANDONO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

BELO HORIZONTE

2019

SORAYA APARECIDA DA SILVA CARMO

**ESTUDO SOBRE O ABANDONO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação, Diversidade e Intersetorialidade pelo curso de Programa de Especialização Lato Sensu em Formação de Educadores para a Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Juarez M. Valadares

BELO HORIZONTE

2019

C287e

Carmo, Soraya Aparecida da Silva, 1979-

Estudo sobre o abandono escolar em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte [manuscrito] /Soraya Aparecida da Silva. - Belo Horizonte, 2019.

43 f., il.

Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Juarez M. Valadares

1. Educação. 2. Evasão escolar. 3. Estudantes. 4. Professores.

I. Título. II. Valadares, Juarez M. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.282

Catálogo na Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMO NONO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERSETORIALIDADE

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Estudo sobre o abandono escolar numa escola da rede municipal de Belo Horizonte”, do(a) aluno(a) Soraya Aparecida da Silva Carmo Calegário. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Juarez Melgaço Valadares (orientador) e Patrícia Moulin Mendonça. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Soraya Aparecida da Silva Carmo Calegário
Soraya Aparecida da Silva Carmo Calegário

Registro na UFMG: 2018752574

Juarez Melgaço Valadares

Professor(a) Orientador(a)

Patrícia Moulin Mendonça

Patrícia Moulin Mendonça

Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva

Luciana Gomes da Luz Silva

Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sustentar a minha fé ao longo de caminhadas tortuosas que tanto aprendizado me proporcionaram.

Aos meus filhos Letícia e João Victor, por serem compreensivos nos momentos em que estive ausente, devido às demandas de trabalho e estudos.

Aos meus pais Otacílio e Maura, pelo apoio e incentivo de sempre.

Aos educadores e amigos Vera e Renato, pela parceria ao longo desta jornada e motivação nos momentos em que estive fragilizada.

Soraya Aparecida da Silva Carmo

EPÍGRAFE

“Ser sujeito implica em não fazer apenas o que é prescrito.”

Walter Ude

“Acomodação é morte.”

Pedro Calabrez

RESUMO

Este estudo investigou o abandono escolar de alunos da Escola Municipal União Comunitária (EMUC), entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2018. O objetivo foi traçar um diagnóstico acerca desta problemática, de forma a possibilitar a elaboração de estratégias futuras pela comunidade escolar que visem a adesão destes estudantes, diminuindo a interrupção de suas trajetórias acadêmicas. Os dados pessoais e escolares foram obtidos através do acesso ao Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH) e da investigação das pastas individuais arquivadas na secretaria da EMUC. Com o intuito de vislumbrar as perspectivas dos sujeitos que fazem parte do contexto da exclusão escolar, foram realizadas entrevistas abertas com duas docentes da EMUC e uma discente com histórico de abandono escolar. Quanto aos resultados numéricos obtidos, 29 alunos receberam o *status* de afastados por abandono (AFA) no SGA no período investigado, dos quais quinze eram do sexo masculino, dezessete residiam somente com a mãe e dezoito tiveram como declarada a cor parda. Nos anos finais do ensino fundamental houve a maior quantidade de abandono escolar, sendo quatorze os casos de reincidência. Quanto às entrevistas, a transcrição de trechos demonstrou olhares diversos e interessantes quanto ao abandono da escola, confrontando os contextos da docência com a da estudante.

Palavras chave: abandono escolar, evasão, estudantes, docentes.

ABSTRACT

This study investigated the dropping out of students of the Escola Municipal União Comunitária (EMUC), between February 2015 and December 2018. The objective was to make a diagnosis about this problem, in order to enable the elaboration of future strategies by the school community aiming at the adhesion of these students, reducing the interruption of their academic trajectories. Personal and school data were accessed by the Academic Management System (AMS), provided by the Belo Horizonte Municipal Education Secretariat (BH-MES) and by the investigation of individual masses filed with the EMUC secretariat. In order to glimpse the perspectives of the subjects who are part of the context of school exclusion, open interviews were conducted with two EMUC teachers and one student with a history of dropping out. Regarding the numerical results obtained, 29 students received the dropped out status in the AMS during the period investigated, of which fifteen were male, seventeen lived only with their mother and eighteen were declared black. In the final years of elementary school there was the highest amount of dropping out, with fourteen cases of recurrence. As for the interviews, the transcript of excerpts showed several interesting about about dropping out of school, confronting teacher's context with student context.

Keywords: Dropping out of school, students, teachers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. UMA ESCOLA DE ORIGEM COMUNITÁRIA	10
2.1 Um Projeto Político Pedagógico voltado para a inclusão	11
3. MINHA TRAJETÓRIA DE TRABALHO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS	12
3.1 O cenário de mudanças e incertezas após a criação do cargo de Assistente Administrativo Educacional	14
4. DIFERENÇA ENTRE INFREQUÊNCIA, ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO	16
5. METODOLOGIA DA COLETA DE DADOS	17
5.1 Análise dos resultados numéricos	19
5.2 Entrevistas com os sujeitos da EMUC.....	23
5.2.1 <i>Docente 1: Athena</i>	24
5.2.2 <i>Docente 2: Hera</i>	27
5.2.3 <i>Estudante: Fênix</i>	30
6. DISCUSSÃO	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

A evolução da educação no Brasil tem desencadeado o processo de universalização da mesma, cujo objetivo é promover o fim do analfabetismo e o acesso ao Ensino Médio e Superior a um número cada vez maior de estudantes. Em seu artigo 205, a Constituição Federal de 1988 determina que a educação é direito de todos e dever assegurado pelo Estado e família. O artigo 2º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), vai de acordo com a Constituição, ao afirmar que:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas em que consiste o pleno desenvolvimento do educando? Segundo Andrade (2008), para que se otimize a “funcionalidade” do indivíduo é necessário que este obtenha conhecimento acerca do mundo, o que nos leva a crer que a educação não está atrelada unicamente a um espaço específico. O aprendizado curricular se dá na escola, enquanto o informal tende a ocorrer, principalmente, no contexto familiar e demais espaços. Porém, é necessário cuidado para não estigmatizar o estudante, como se este já trouxesse em si o seu *dever*¹, ou o aprendizado ficará engessado, limitado em perspectivas pré-estabelecidas. A LDB, em seu 1º artigo, nos §1º e §2º, explicita bem o direcionamento tomado pela educação escolar no Brasil:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

¹ Segundo Deleuze e Gattari (2012), “*dever* é o processo do desejo” do vir a ser, que abre a forma do homem para modos não humanos de individuação e objetiva a criação de novos territórios e novas subjetividades. Trata-se de um princípio em que não cabe analogias, por ser inteiramente particular.

O fato é que, mesmo a educação sendo um direito social garantido pela Constituição em seu artigo 6º, na prática, tanto a universalização do ensino, quanto o combate ao analfabetismo são objetivos distantes. Segundo relatório divulgado em 2017 pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância e Adolescência (Unicef) sobre o Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, existe 2,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. Os dados são preocupantes, pois sinalizam que o abandono acontece antes que o estudante conclua o Ensino Fundamental. Trata-se de um problema cujas variáveis são complexas, pois esse distanciamento do estudante em relação às instituições de ensino possui razões multifatoriais. Pode estar relacionado à dificuldade de acesso à escola, ou à situação econômica fragilizada e ambiente familiar vulnerável, à violência a que é submetido, ou ainda à necessidade especial e/ou dificuldade de aprendizado. Além de todas essas questões, uma educação pouco focada no social e muito voltada para a empregabilidade, pode trazer consequências quanto ao acirramento da competição entre as classes, além de pouca empatia e o não reconhecimento do outro. Aquele aluno que se encontra em situação de desvantagem ou tem-lhe atribuído determinado “fracasso escolar”, tem reforçado o seu complexo de inferioridade e diminuída a sua esperança de transformação social futura.

Diante disso e por entender que a escola pública tem a finalidade de garantir a educação a todos sem distinção de gênero, classe ou etnia e, levando em consideração a possibilidade de intervenção no que tange as relações entre aluno, escola e família, pretende-se com esse estudo investigar os casos de abandono escolar no ensino fundamental da Escola Municipal União Comunitária (EMUC). Ela faz parte da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH) e o objetivo foi traçar um diagnóstico acerca dessa problemática, para que seja possível o estabelecimento de estratégias conjuntas entre a gestão da escola, famílias e com os próprios estudantes, visando a adesão destes às aulas e a não interrupção de suas trajetórias escolares.

O presente estudo encontra-se disposto da seguinte forma: primeiramente, foi realizada uma explanação sobre a origem e constituição da EMUC. A seguir, uma breve descrição da minha trajetória de trabalho na rede municipal de educação e,

posteriormente, foi feita a coleta de dados pessoais e escolares dos alunos que abandonaram os estudos no período entre fevereiro de 2015 a dezembro de 2018. Esta coleta foi realizada através das fichas de matrícula arquivadas na escola e por meio do Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). Após a análise dos dados e, a fim de buscar uma melhor compreensão dos sujeitos envolvidos no processo de abandono escolar, foram realizadas entrevistas abertas com dois professores e uma aluna, cuja trajetória é condizente com o abandono escolar. A discussão dos resultados fortaleceu os objetivos deste trabalho, culminando com as considerações finais acerca da problemática do estudo sobre o abandono escolar na EMUC.

2. UMA ESCOLA DE ORIGEM COMUNITÁRIA

As informações sobre a origem da EMUC foram extraídas do Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos (PPP - EJA) do ano de 2014, pois a escola não dispõe de um documento mais atualizado. Segundo consta, a EMUC foi inaugurada em setembro de 1997 na regional Barreiro e é fruto da reivindicação popular no Orçamento Participativo de Belo Horizonte (OP-BH). Naquela época, havia a necessidade eminente de atendimento escolar na região, uma vez que as demais instituições estavam muito distantes da população e a demanda por vagas no ensino fundamental era urgente. A mobilização popular foi imprescindível, pois após se organizarem, realizaram diversas reuniões com o objetivo de coletar depoimentos, assinaturas e documentos, inclusive no que diz respeito à logística e desapropriação do terreno para a construção da escola. Um grupo de pessoas foi designado para representar a comunidade junto aos políticos e apresentar-lhes essa demanda, que após votação comunitária e avaliação do prefeito, teve como deferida a construção do estabelecimento de ensino no Bairro Brasil Industrial.

Os trâmites processuais e burocráticos foram superados e a parte prática da construção da estrutura predial foi iniciada. Antes que a EMUC ficasse pronta, no início de 1997, algumas turmas funcionaram na Escola Municipal Ana Alves Teixeira (EMAAT) localizada em bairro vizinho, até que se concluísse a fase final das obras e a nova escola pudesse ser, de fato, inaugurada. O nome da instituição

foi sugerido por lideranças da comunidade que pretendiam homenagear o movimento da população em prol dessa conquista, no que foi votado e determinado que se chamaria Escola Municipal União Comunitária. A escolha da primeira direção também aconteceu através da votação popular, dentre quatro professores que se candidataram previamente ao cargo e apresentaram seus projetos à comunidade. A partir daí, a constituição da primeira equipe da EMUC ocorreu por meio de convites a professores, cuja prática pedagógica estava afinada com os eixos norteadores do Programa Escola Plural², diretriz educacional vigente na época da fundação, pois esperava-se que o corpo docente intencionasse o trabalho inclusivo, respeitando as diferenças e os ritmos de aprendizagem dos estudantes.

2.1 Um Projeto Político Pedagógico voltado para a inclusão

O PPP da EMUC foi elaborado por professores, coordenação e direção, com o intuito de motivar e integrar educadores e educandos, buscando promover um conhecimento rico e dinâmico apropriado às múltiplas idades. Ele não se constitui apenas de definição de objetivos, conteúdos, atividades e metodologias pré-estabelecidas, mas aborda aspectos relativos à organização, funcionamento, relações e articulações que propiciam as condições necessárias para a boa prática pedagógica. A intenção é a de proporcionar uma construção histórica abrangente e inclusiva, o que corrobora com a definição de Vasconcellos (1995, p.143), que diz ser o PPP:

...um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Por ser alicerçada na luta comunitária local, a EMUC adotou um projeto que valoriza a concepção de escola inclusiva, no qual toda a comunidade (alunos, professores,

² O Programa Escola Plural, foi uma proposta pedagógica apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH) em 1994, cuja perspectiva, sob o ponto de vista curricular, vislumbrava o estabelecimento de vínculos entre conhecimentos disciplinares, sala de aula e problemas sociais contemporâneos. Os principais eixos norteadores eram a concepção plural do direito à educação, a implantação dos ciclos de formação e a construção de uma estrutura que respeitasse os ritmos dos estudantes, considerando a participação da comunidade escolar na tomada de decisões. (VALADARES, J.M, 2016).

famílias e funcionários), estão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. Pretende-se que o paradigma da inclusão assumida pelos profissionais que se identificam com essa causa, oriente as ações e relações na comunidade escolar como um todo, e para tanto é necessário traçar um perfil dos estudantes para que o PPP, de fato, atenda às estas demandas e especificidades. Ressalta-se que a escola foi construída no entorno de áreas periféricas da região Barreiro e, ao longo dos anos, vem atendendo muitos alunos em situação de vulnerabilidade social. No entanto, é fato que houve uma diminuição dos estudantes de comunidades como Vila Pinho, Vila Corumbiara, Vale do Jatobá, Pongelupe, entre outras, devido à construção de novas escolas nessas localidades. Em contrapartida e supondo que o motivo seja a crise econômica no país, a EMUC, eventualmente, admite alunos que migraram da escola particular para a pública.

Portanto, o histórico de nascimento desta escola, culmina com o seu enaltecimento perante aqueles que a constitui (população do entorno, docentes e discentes, demais funcionários), agregando-lhe grande valor por meio da representatividade, ainda que ocorra a renovação e/ou modificação destes sujeitos e de alguns contextos com o passar dos anos. Trata-se de uma conquista decorrente da mobilização popular e suas lideranças, respaldada por um processo social, político e democrático que possibilitou, desde a determinação do terreno e escolha do nome da escola até a estruturação da equipe gestora inicial.

3. MINHA TRAJETÓRIA DE TRABALHO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS

Foi após constituir família e através do Financiamento Estudantil do Governo Federal (FIES), que consegui o título de Bacharel em Fisioterapia no ano de 2010. No entanto, após aprovação em concurso na área educacional, fui convocada no ano de 2007 a tomar posse do cargo de Auxiliar de Biblioteca Escolar junto à SMED-BH, sendo lotada em uma escola no bairro Tirol. Cursava o ensino superior pela manhã e trabalhava seis horas por dia na biblioteca, nos períodos da tarde e noite, atendendo alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, além da EJA. Apesar da incompatibilidade entre meus estudos na área da saúde e as atividades

em meio aos livros e estudantes, adaptei-me rapidamente às tarefas e ao ambiente escolar, pois sempre fui bastante adepta à leitura. Tive certa dificuldade quanto à abordagem e execução de trabalhos voltados para a EJA, pois o acervo literário não era adequado às necessidades dos estudantes, especialmente aqueles que iniciavam o processo de alfabetização. Isso desencadeava um grande desinteresse pelo ambiente da biblioteca, tanto por parte dos alunos, quanto pelos professores que pouco frequentavam o espaço.

No início de 2011, recém-formada como fisioterapeuta, vi-me diante de um grande dilema pessoal. Recebi o convite da direção para assumir o cargo de Secretária Escolar e, devido à minha realidade financeira na época e ao aumento salarial que me seria proporcionado, aceitei o convite e abri mão de investir na minha área de formação. Iniciei uma jornada curta, porém desafiadora, pois além de desconhecer as atividades laborais realizadas por uma secretária, não fui bem recebida pelas colegas do setor, que se sentiram menosprezadas e desvalorizadas por terem sido desconsideradas para o cargo o qual ocupei. Então, inicialmente, o meu treinamento foi realizado pela diretora e acompanhantes da extinta Gerência de Verificação e Funcionamento Escolar (GAVFE), trabalhando no primeiro mês, uma média de dez horas diárias para aprender o serviço. À medida em que as coisas se estabilizaram, passei a cumprir uma jornada de oito horas e, logo após, iniciava outro expediente com os atendimentos domiciliares de fisioterapia.

Pouco a pouco o clima interno na secretaria foi melhorando, o que não aconteceu na escola como um todo, pois havia um grupo de professores que se opunha à gerência imediata e isso culminou num grande adoecimento das relações interpessoais. Apesar de realizar o que cabia às minhas atribuições laborais, havia o contato direto com o corpo docente que, cada vez mais, relacionava-se de maneira pouco amistosa com a direção e a secretaria. Aconteceu que, após eu passar por episódios de adoecimento e licença médica devido à pressão e ao estresse, a diretora optou pela minha exoneração e a partir daí, articulei-me num processo de busca por transferência da escola. Não só o clima escolar comprometido influenciou para que eu tomasse essa decisão, mas também a localização distante da escola em relação à minha residência e o horário de

trabalho. Em setembro de 2012 obtive êxito obtendo a transferência de lotação e iniciando meus trabalhos na EMUC.

De volta à biblioteca e trabalhando à noite, atendia as turmas do Projeto de Educação de Trabalhadores (PET), que era pioneiro e exclusivo na escola, porém foi finalizado no ano seguinte e substituído pela EJA. Em outro momento, passei a trabalhar a tarde com as turmas do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, período muito agradável e produtivo, pois havia uma parceria coesa entre coordenação pedagógica, professores e auxiliares de biblioteca, em que eu era bastante solicitada nos projetos literários acerca da cultura afro-brasileira e tantas outras temáticas como poesias, livros de imagem, inclusão social, meio-ambiente, boas maneiras e saúde, além da confecção de murais, leitura e expressão oral, registro e participação no processo de escolha e compra do acervo literário da biblioteca. Foi neste contexto que iniciei em 2018 a Especialização em Formação de Educadores para a Educação Básica (Laseb) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, inicialmente, o meu Plano de Ação seria todo voltado para o contexto literário da inclusão social.

3.1 Cenário de mudanças e incertezas após a criação do cargo de Assistente Administrativo Educacional

Parecia haver certa estabilidade no trabalho e o meu Plano de Ação voltado para a biblioteca da EMUC começava a se estruturar. Porém, em 18 de setembro de 2018, o atual prefeito Alexandre Kalil publicou no Diário Oficial do Município (DOM), a Lei 11.132, que dentre outras providências, determinou em seu artigo 21 que:

Art. 21 - O quantitativo de 1.150 (mil e cento e cinquenta) cargos de Auxiliar de Secretaria Escolar e de 600 (seiscentos) cargos de Auxiliar de Biblioteca Escolar, ambos integrantes da Área de Atividades da Educação de que trata a Lei nº 7.235/96, ficam transformados em 1.750 (mil e setecentos e cinquenta) cargos de provimento efetivo de Assistente Administrativo Educacional, que passa a integrar o quadro de pessoal da Área da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, previsto na Lei nº 7.235/96.

Dessa forma, firmou-se a “extinção” dos cargos de Auxiliar de Biblioteca e Secretaria Escolar, substituídos pelo cargo de Assistente Administrativo

Educacional e, conforme §1º do mesmo artigo, houve a possibilidade de alteração da jornada de trabalho pelo servidor, de seis para oito horas diárias, com respectivo aumento salarial e benefício para alimentação. Quanto às atribuições laborais, o §8º estabeleceu que:

O Assistente Administrativo Educacional terá como atribuição geral a execução de atividades relacionadas às rotinas administrativas e à organização das Secretarias e das Bibliotecas Escolares e demais espaços da Rede Municipal de Educação, realizando atendimento às comunidades escolar e local.

Diante deste cenário repleto de mudanças, uma onda de insatisfação tomou conta de grande parte dos servidores do setor administrativo na educação. A argumentação direcionou-se à uma “pseudo autonomia” vinculada à escolha da jornada de trabalho, uma vez que a lotação nas escolas, bem como o setor laboral (biblioteca, secretaria e até mecanografia), se daria conforme demanda determinada pela SMED e gerências imediatas escolares. Em casos extremos, servidores lotados há anos nas bibliotecas, cujos projetos desenvolvidos estavam perfeitamente alinhados com a coordenação pedagógica, foram transferidos para as secretarias de outras escolas, enfrentando o dilema da inadequação e do despreparo para a realização das novas funções. O mesmo ocorreu com aqueles que, acostumados à metodologia da escrituração das secretarias, se viram realocados em bibliotecas de outras escolas, em que há a necessidade do contato direto com os estudantes, bem como relativa intimidade com o universo literário.

No que me diz respeito optei por trabalhar oito horas diárias e, conforme demanda da EMUC, fui transferida para a secretaria escolar em abril de 2019. Não houve resistência de minha parte, pois o fato de ainda continuar na escola alegrou-me bastante e eu já possuía a experiência quanto ao trabalho a ser realizado, devido ao meu antigo cargo de secretária. No entanto, foi salientado que, caso necessário, no período de férias ou licença médica do colega da biblioteca, eu também trabalharia neste setor e vice-versa, conforme acordo firmado com a direção da escola. Assim sendo e devido a esse contexto de incertezas e indefinições, precisei reiniciar todo o meu Plano de Ação para a conclusão do Laseb, pois é fundamental e coerente que este esteja atrelado ao setor de trabalho, uma vez que se trata de uma intervenção direta sobre ou a respeito de uma situação observada. Isso

causou-me certo desgaste e desmotivação, uma vez que possuo maior afinidade com os meandros literários e suas amplas possibilidades de abordagem e interação. Ressalto que, a escolha da nova temática ocorreu devido às minhas observações durante o manuseio dos diários de classe, instigando-me sobre as possíveis consequências da infrequência na EMUC. Mas há também o fato de que, na secretaria, possuo acesso aos dados pessoais e sócio econômicos dos alunos através do Sistema de Gestão Acadêmica e da ficha individual de matrícula, o que viabilizou este estudo.

4. DIFERENÇA ENTRE INFREQUÊNCIA, ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO

Durante o processo de pesquisa e leitura de textos sobre a temática escolhida para este estudo, deparei-me com as expressões *evasão* e *abandono escolar* e, ao aprofundar-me sobre os conceitos e ler alguns trabalhos, pude constatar que ambos dizem respeito à exclusão escolar. No entanto, eles possuem características diferentes quanto à dinâmica de ação por parte do estudante e da escola, gerando consequências diferenciadas a longo e médio prazo, tanto sob o ponto de vista pessoal quanto social. Para que fique claro a diferença entre estes conceitos e ações e para que eu pudesse identificar a prevalência destes na EMUC no período que estabeleci para a pesquisa, fez-se necessário uma explicação mais detalhada sobre o que cada um significa.

A Resolução CME/BH nº 02/2019 de 30 de agosto, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a organização e funcionamento do Ensino Fundamental, em seu capítulo IV, artigo 31 estabelece que:

Art. 31º - O controle de frequência é de responsabilidade de cada escola, conforme o disposto em seu Projeto Político-Pedagógico, em seu Regimento Escolar e nas demais normas do sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para progressão.

Portanto, na RME-BH, o estudante que atingir um número de faltas maior que 25% num total de 800 horas/aula ou 200 dias letivos é considerado pela coordenação e Secretaria de Educação, um aluno infrequente. Antes que se estabeleça o abandono ou evasão, algumas medidas são tomadas pela instituição, sendo

necessário em alguns casos, que haja ações por parte de outros órgãos em consonância com a escola e famílias, dentre eles o Conselho Tutelar. A contagem de faltas mensais dos estudantes é feita através do registro dos professores nos diários de classe. Se o aluno apresenta cinco ausências não justificadas dentro de um determinado mês, a coordenação pedagógica contacta a família e, não havendo comunicação ou constatando-se negligência por parte dos responsáveis legais, o caso é encaminhado ao Programa Família Escola, vinculado à SMED, que passa então a intervir junto ao Conselho Tutelar Regional.

No entanto, quando tais medidas não funcionam para o regresso do aluno às aulas e este permanece infrequente, se desligando de forma não formalizada, ou seja, sem que haja a emissão do documento de transferência, fica caracterizado o abandono escolar que, conforme cita Maitê e Arraes (2015), na maioria dos casos, termina com o retorno desse estudante no ano seguinte para a escola. Estabelece-se, dessa forma, um trânsito espaçado entre os anos letivos escolares, em razão de um afastamento momentâneo decorrente de problemas pontuais.

A evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010) é algo mais complexo, uma vez que consiste em sair, fugir, desistir, não permanecer em um lugar, pelo fato de a escola deixar de ser prioridade em detrimento à outra atividade qualquer que o aluno ou seus responsáveis venham a exercer, não havendo retorno deste aos estudos. Deduz-se então, que há uma desistência de permanecer na escola e de priorizar os estudos devido a outros interesses ou necessidades, não havendo o retorno desse aluno nos anos seguintes. Em minha pesquisa pude observar que a maioria dos estudantes que deixaram a EMUC retornaram aos estudos em outro momento, mesmo que para outra escola, o que caracteriza abandono escolar. Daí a escolha deste termo para enunciar o título do estudo.

5. METODOLOGIA DA COLETA DE DADOS

Em meu novo setor de trabalho, a escolha do problema e o esforço na investigação e análise dos dados, caracterizou-se como uma pesquisa-ação que me trouxe a percepção de configurar-se como uma intervenção de contribuição futura, pois está

relacionada com a elaboração de estratégias que promovam a diminuição da exclusão escolar na EMUC. Portanto, o presente estudo transcorreu na EMUC, mais especificamente no ambiente da secretaria e caracterizou-se sob uma ótica qualitativa, através da qual pretendeu-se descrever os dados e resultados obtidos.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa no SGA sobre quais e quantos estudantes se desligaram da escola entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2018. O critério consistiu em identificar aqueles que possuíam o *status* de Afastados por Abandono (AFA), que na RME diz respeito aos alunos que atingiram 51 faltas (25% mais uma), antes da finalização do ano letivo. De posse destes nomes, o segundo passo consistiu em localizar as pastas de cada aluno, através das quais foi possível obter seus dados³ pessoais e familiares. Tal ação foi um desafio, principalmente em relação ao tempo dispendido, uma vez que as pastas estavam dispostas em diferentes locais na secretaria (arquivo inativo, alunos transferidos ou até mesmo dentro de uma determinada turma de 2019). Além da análise da trajetória escolar na rede municipal, foram anotados dados referentes à idade, sexo, cor declarada pelo responsável ao efetuar a matrícula e algumas informações sobre a estrutura familiar, por exemplo se o aluno residia com os pais ou só com um deles, quantidade de irmãos, escolaridade dos pais, entre outras informações.

Concluída essa etapa, passei às entrevistas com as professoras e estudante, no intuito de vislumbrar as perspectivas dos sujeitos que fazem parte da problemática da exclusão escolar. Os critérios para a escolha dos profissionais foram a experiência enquanto docentes e servidores da educação, a disponibilidade de horário para a entrevista, além da desenvoltura e pró atividade na EMUC. Quanto à escolha da aluna, também foi levado em consideração, a disponibilidade para a entrevista, o histórico de abandono escolar e a trajetória de vulnerabilidade familiar, que é de conhecimento da equipe gestora e docente da EMUC. As entrevistas foram abertas e realizadas na escola, em uma sala privativa, utilizando um aplicativo de gravação de voz. Enquanto pesquisadora, desejei obter a maior

³ Os dados das pastas individuais arquivados na secretaria são confidenciais, sendo a consulta destes liberada pela direção da escola, mediante supervisão da secretária responsável e, unicamente, por se tratar de um estudo para fins acadêmicos.

quantidade possível de informações sobre a temática com detalhamento de assuntos, o que resultou em entrevistas de aproximadamente cinquenta minutos de duração. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dando ciência das condições da entrevista e, no caso da aluna menor de idade, o termo estendeu-se também ao seu responsável legal.

É importante ressaltar que foram realizados contatos com outros alunos, porém eles não demonstraram interesse em participar deste estudo. Houve também a tentativa de entrevistar pais e/ou responsáveis por estudantes que abandonaram a escola entre 2015 e 2018, porém aqueles que concordaram mediante convite e conversa informal, posteriormente não compareceram às entrevistas marcadas e, por telefone, disseram não possuir mais disponibilidade ou se sentiam desconfortáveis. Outro empecilho foi a constante mudança do número de telefone e endereço nas fichas de matrículas, dados estes que deveriam ser constantemente atualizados pelas famílias junto à secretaria da escola.

5.1 Análise dos resultados numéricos

Os dados que apresentarei a seguir foram coletados através do SGA e das pastas individuais dos alunos que ficam arquivadas na secretaria da escola e armazenam toda a vida escolar do estudante. Deparei-me com um problema que comprometeu a pesquisa, pois em muitas pastas, a maioria dos dados relativos ao estado civil, escolaridade e empregabilidade dos pais ou responsáveis, não haviam sido preenchidos pelos profissionais da secretaria conforme orientação da SMED. De acordo com minha experiência, acredito que, por vezes a demanda de trabalho em determinados períodos do ano exigem muita agilidade e pragmatismo dos assistentes do setor. E diante da impaciência no atendimento direto para a efetuação de matrículas, transferências e declarações ou ainda pela pressão em fazer cumprir os prazos estabelecidos pela coordenação e comunidade escolar, os profissionais da secretaria veem-se obrigados a priorizar certas atividades em detrimento de outras. Algumas vezes, a ficha que contém tais informações é entregue aos pais ou responsáveis para que eles próprios a preencham e muitos a deixa incompleta. Sendo assim, houve grande escassez de dados, no que diz

respeito àqueles relativos aos familiares dos alunos pesquisados e, diante disso, não considere relevante apresentá-los.

Em se tratando das informações pessoais e escolares, a pesquisa no SGA apontou 29 alunos com *status* AFA entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2018, sendo quinze estudantes do sexo masculino e quatorze do sexo feminino. Dentre eles, há três pares de irmãos. Quanto aos responsáveis legais por estes alunos, ou seja, com quem os estudantes residiam no ato da matrícula, os dados foram os seguintes:

Quadro 1 – Quantidade de alunos AFA X responsáveis com quem residem

Alunos que residem com os pais	07
Alunos que residem só com a mãe	17
Alunos que residem só com o pai	00
Alunos que residem com outros parentes	02
Dados não informados	03

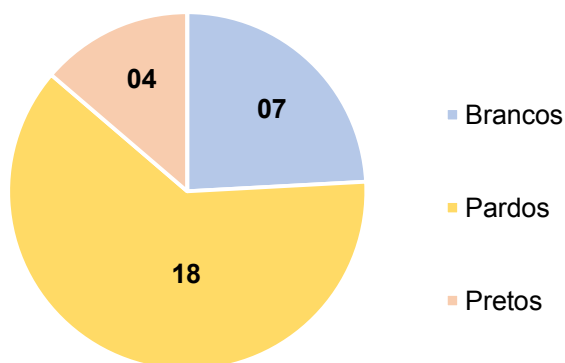
Quanto à constituição familiar, faz-se necessário relacionar o momento atual no qual muito se discute acerca do formato da família brasileira, com os dados obtidos nesta pesquisa. Em uma amostra de 29 alunos com o *status* AFA, apenas sete residiam com o pai e a mãe, número que parece distante do que é idealizado pela vertente tradicionalista da sociedade. Dezesete estudantes residiam apenas com a mãe e não houve nenhum caso em que o aluno morava somente com o pai na época da matrícula. Dados divulgados em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2005 e 2015, informam que o número de famílias chefiadas e compostas apenas por mães aumentou de 25,5% para 26,8%, o que corresponde a 10,5 milhões de famílias. Em contrapartida, os dados de 2015 apontaram que os pais solteiros representavam apenas 3,6%, referenciando que a maioria das crianças e adolescentes tem como primeiro responsável as mães.⁴ É

⁴ Portal G1. Caderno de Economia, Velasco. Clara: *Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras*. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10->

sabido que o acúmulo de responsabilidades sobre a mulher quando esta é arrimo de família, além dos afazeres do lar e as responsabilidades enquanto mãe, pode, em algum momento, penalizar a criança ou adolescente, bem como a ela própria.

Quanto à cor declarada⁵ pelos responsáveis em relação aos alunos no ato da matrícula, os resultados foram:

Gráfico 1 - Cor declarada dos alunos AFA entre 2015 e 2018



No gráfico 1 aparece apenas as cores branca, preta e parda, pois não houve declaração da cor amarela dentre os alunos pesquisados. Quanto aos indígenas, não consta esta opção nas fichas antigas da RME, algo que foi corrigido recentemente. Vale ressaltar que os dados obtidos nesta análise podem não refletir a realidade da EMUC, pois por vezes há um titubear no que se refere à declaração da cor. O olhar dos pais sobre a pele do estudante e a classificação deste como sendo moreno, moreno claro ou pardo quase branco, são expressões frequentes ouvidas no ato da matrícula pelos profissionais da secretaria. A quantidade baixa de alunos pretos não reflete as nuances de cor que desfilam no pátio escolar da EMUC.

Quanto às trajetórias escolares dos 29 alunos com *status* AFA, pude estudá-las através do SGA que forneceu informações detalhadas, principalmente em relação

anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml. Acesso em 10, nov. 2019.

⁵ O termo, *cor declarada* ou *raça* está impresso na ficha de matrícula das escolas da RME. É o mesmo utilizado pelo IBGE que o subdivide em: brancos, negros (pardos e pretos), amarelos e indígenas.

àqueles que continuaram devidamente matriculados em uma escola da RME-BH. A primeira constatação foi que a maioria dos estudantes com *status* AFA entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2018, cursavam o 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos), ou seja, os anos finais do Ensino Fundamental, conforme demonstra a tabela abaixo.

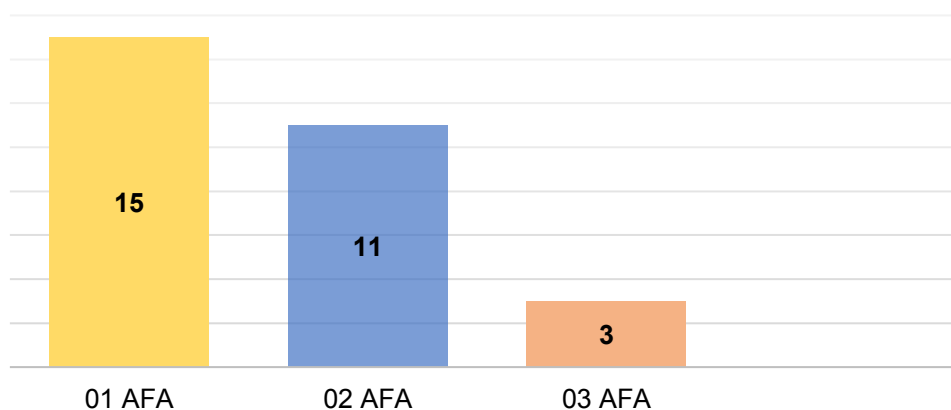
Tabela 1 - Relação de alunos AFA entre 2015 e 2018 X ano letivo do afastamento

Ensino Fundamental de 09 anos					
1º ciclo	AFA	2º ciclo	AFA	3º ciclo	AFA
1º ano	00	4º ano	02	7º ano	07
2º ano	01	5º ano	02	8º ano	11
3º ano	00	6º ano	04	9º ano	02
Total de alunos: 01		Total de alunos: 08		Total de alunos: 20	

Estes resultados vão de encontro aos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), relativo às taxas de rendimento escolar no ensino fundamental entre 2014 e 2018. Segundo o Instituto, o abandono nos anos iniciais em 2018 foi de 0,7%, enquanto nos anos finais foi de 2,4%. Os resultados são ainda piores ao verificarmos o abandono no ensino médio que chegou a 6,1% em 2018.

Votando à amostra dos alunos da EMUC, também foi possível identificar em suas trajetórias a reincidência do abandono escolar durante o período pesquisado. Identifiquei cada um dos alunos que tinha recebido AFA mais de uma vez entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2019 e os resultados foram os seguintes:

Gráfico 2 - Quantidade de alunos AFA X reincidência de afastamentos entre 2015 e 2018



Dos 29 estudantes, quinze abandonaram a escola apenas uma vez, onze foram reincidentes no abandono por duas vezes e três alunos se afastaram dos estudos por três vezes.

Uma constatação relevante foi que, segundo o SGA, dos 29 estudantes afastados por abandono, treze encontram-se atualmente matriculados na RME-BH e outros seis são concluintes do ensino fundamental pela EJA. Este último dado reforça a importância desta modalidade educacional para o aluno fora da faixa de idade, que em razão de retenções ou do próprio abandono escolar, fica impedido de seguir com os estudos no ensino regular de nove anos.

Dos dez alunos restantes, a informação fornecida é que um deles parou de estudar de forma efetiva⁶ caracterizando a evasão escolar. Os demais podem também não ter retomado os estudos ou, na melhor das hipóteses, estarem matriculados ou terem concluído os estudos através da EJA na rede estadual de educação, uma vez que não aparecem seus dados no SGA do município.

5.2 Análise das entrevistas

As entrevistas abertas foram realizadas com duas docentes do quadro da EMUC e uma estudante, cuja trajetória escolar inclui dois AFA entre 2015 e 2018.

⁶ Informação fornecida pela estudante entrevistada, uma vez que o aluno evadido é seu irmão.

Atualmente, ela é aluna frequente na escola, inscrita no Programa Escola Integrada⁷. Uma vez que pretendo apresentar este estudo à gestão e demais membros da comunidade escolar, optei por preservar a identidade das entrevistadas, de forma a garantir-lhes privacidade em suas expressões. Portanto, os nomes apresentados são fictícios, apesar da evidência de que se trata de três sujeitos femininos, uma vez que há um número maior de educadoras efetivas na EMUC.

5.2.1 Docente 1: *Athena*

Athena é professora há dezoito anos e sua experiência profissional inclui um cargo administrativo de nível médio na RME-BH, docência em um colégio militar e nas redes de ensino particular e estadual, além da docência em cursinhos preparatórios. Na EMUC leciona a pouco mais de um ano trabalhando com o 3º ciclo (6º ao 9º ano). Ela prioriza a qualidade do conhecimento acerca da formação em educação e demonstra preocupação com o fazer pedagógico, prezando pela disciplina. Perguntada sobre o maior desafio que encontra atualmente na sala de aula, *Athena* respondeu:

Eu vou falar principalmente daqui, dessa escola que eu estou trabalhando atualmente que é a EMUC. O grande desafio é a falta de interesse que o aluno tem em relação à escola e com o estudo, porque na verdade o que acontece é que o aluno não vê a escola como um lugar de aprendizado. Eles não veem a escola como um lugar de formação, como um ponto de partida para transformarem a vida e serem realmente indivíduos conscientes, aptos para o mercado de trabalho... infelizmente eles veem a escola como um lugar de recreação. Então, esse é o grande desafio. Você quer dar aula, você quer ajudá-los e eles não querem.

Ela problematiza o descompromisso dos alunos com os estudos e o estende aos seus responsáveis legais, ao comparar a estrutura familiar dos alunos da rede pública com os da rede privada.

⁷ Programa no qual o aluno, durante o contraturno escolar, permanece na escola que disponibiliza atividades em diversas áreas: acompanhamento pedagógico, arte e cultura, leitura, educação socioambiental, diversidade, direitos humanos e cidadania, patrimônio cultural, comunicação e uso de mídias, esporte e lazer, prevenção e promoção da saúde e investigação no campo das ciências. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/escola-integrada>. Acesso em 10, nov. 2019.

Lá no Colégio Militar, eu tive alunos com histórico de vida complicada, mas mesmo com todas as complicações, eles têm uma família mais participativa, uma família que vê na educação um ponto de partida, um diferencial, uma importância. E, conseqüentemente, os meninos tendem a seguir este caminho, entendeu? Então, é um ou outro aluno que às vezes não quer estudar. Aqui não! Aqui eles não querem, não veem dessa forma. Quando você...você traz a família para uma conversa, o que não é fácil, porque geralmente eles não gostam de vir, você percebe ali uma estrutura frágil [...] na verdade, a família vê a escola como um depósito. Coloca o filho lá e fica livre dele dentro de casa, entendeu?

A docente reconhece que são vários os fatores que contribuem para o desinteresse dos alunos, mas ressalta que determinados valores são de responsabilidade da família. Segundo ela, “professor não é educador; quem educa é pai e mãe” e se a família não reconhece o poder do aprendizado escolar, conseqüentemente o estudante também não reconhecerá. Sendo assim, não importa a disponibilização da materialidade para fins pedagógicos e aqui ela ressalta a escassez da RME comparado à rede particular, ou o quão criativo seja o docente com a didática, pois não há dedicação por parte dos estudantes, uma vez que a família “vê a escola como um lugar de castigo ou recreação” e essa impressão é repassada ao estudante.

Quanto ao abandono escolar na EMUC, *Athena* reconhece que, apesar do pouco tempo em que trabalha na escola, presenciou um único caso, no qual a coordenação interveio e têm tomado todas as medidas cabíveis para tentar resolver a questão. Mas relata que o mesmo não acontecia quando ela lecionava para o ensino médio noturno em uma escola estadual. Segundo ela, os alunos iniciavam o ano letivo, mas a infrequência aumentava bastante com o passar do tempo e culminava com vários casos de abandono escolar. *Athena* justifica os poucos casos de abandono na EMUC e no ensino fundamental como um todo, dizendo que “hoje em dia, com a legislação vigente em que há uma obrigatoriedade do responsável legal em manter a criança ou adolescente na escola, os casos de abandono acabam diminuindo.” Ela considera as políticas públicas educacionais de controle da exclusão escolar, bastante funcionais no que diz respeito à manutenção do aluno na escola, mas faz o seguinte questionamento:

O que eu percebo é que existe um interesse por parte do sistema em que a grande massa não frequente a escola e não chegue à universidade, porque conhecimento é poder. Eu fico me questionando se essa

obrigatoriedade de manter o aluno na escola a qualquer custo, não é somente para os governos conseguirem atingir determinadas metas numéricas que melhorem a visibilidade do país a nível mundial, possibilitando vários acordos de cunho financeiro. Pois a educação é um demonstrativo de como está o desenvolvimento no país e isso atrai investimento internacional. Então, está tudo muito relacionado a números, mas eu percebo pouca preocupação com a qualidade da educação, efetivamente.

Athena também desabafa com relação a autonomia do professor atualmente. Ela considera que há uma pressão sobre o docente em relação aos processos de avaliação, que tendem a ser brandos com o aluno, para não acarretar reprovações, mesmo que, sob o ponto de vista pedagógico, seja estritamente necessário. Ela cita a agressividade dos pais e estudantes com os professores e entende que a direção e coordenação quando pressionados, cobram muito estes resultados do professor, que vive um processo de perda de identidade e autoridade profissional. O sentimento é de que “tudo é culpa do professor, o tempo todo”.

Se o aluno não faz as atividades, a culpa é do professor. Se ele reprova, a culpa é do professor. Se ficou de recuperação, a culpa é do professor, se ele não conseguiu, a culpa é do professor. E o mais interessante é que a família não quer criar o filho, pois tem muitos pais que não trabalham devido a essa crise do desemprego no Brasil e podiam estar orientando, ajudando, mostrando pros filhos, mas não! Mandam eles para a escola o dia todo e aí eu me refiro à Escola Integrada e esse menino fica na escola porque os pais abrem mão de educar e querem que o professor e a escola façam tudo.

Quando pergunto se ela considera que possui estratégias que possibilitem enredar o estudante para que este se sinta mais integrado à escola, a professora tem o seguinte ponto de vista:

Eu não considero que tenho estratégias infinitas (risos). O que eu tenho tentado é conversar com os alunos e mostrar exemplos, sabe [...] colocando-os em situação de berlinda. Pergunto o que eles querem da vida e como eles se imaginam no futuro. Esses dias mesmo, eu tive uma conversa com os 8º anos e perguntei como eles se imaginavam daqui há sete anos...o que vocês querem? Uma casa? Um carro? Uma família? Viajar? E aí eu mostro pra eles que tem um mundo lá fora e que só depende deles pra chegarem onde querem. E eu sou cruel, mesmo. Pergunto se eles vão se contentar em receber um salário mínimo e o que eles vão conseguir fazer com R\$980,00. Porque o mercado de trabalho quer cada vez mais e mais.

Athena conclui que o abandono escolar é um processo decorrente, tanto de fatores sócio econômicos, quanto de fatores culturais. Porém, ela acredita que estes

últimos influenciam em maior proporção, devido à inversão de valores existente na sociedade, “pois somente uma pequena parcela da população prioriza a educação e até paga caro por ela, investindo em escolas particulares, cursinhos de inglês, porque eles sabem que isso é que garante a posição em que eles estão”. *Athena* ressalta que ao abordar os estudantes e explicar sobre o poder que o conhecimento confere às pessoas na tomada de decisão e na conquista de objetivos, a resposta é desestimulante:

Eles respondem assim: “Ah, fessora! Eu vou ser jogador de futebol!” Ou então dizem: “Ah! Mas eu vou ser cantor de funk!” Eles não entendem que para ser artista precisa ter aptidão e, quando eles têm, ainda é necessário que haja alguém por trás pra dar aquele empurrãozinho. Eles vivem essa ilusão fantasiosa e acham que não precisam estudar. Não acho que querer essas coisas é errado, inclusive acho que o conteúdo curricular dá pouca importância para as artes e esporte, mas os alunos precisam entender que a outra parte do aprendizado é muito importante.

Na opinião de *Athena*, a principal estratégia a ser tomada pela escola para que se diminua o abandono das aulas é conseguir trazer os pais de forma que estes sejam mais participativos e também se reconheçam como integrantes da comunidade escolar, “porque talvez assim eles entendam que a escola não é um depósito de filhos.”

5.2.2 Docente 2: *Hera*

Hera é professora da RME há 32 anos e só na EMUC trabalha há mais de vinte anos. Sua experiência profissional docente vai desde a educação infantil até os ciclos finais do ensino fundamental, atuando também em cargos de gestão pedagógica e administrativa. Ela acredita que a busca por qualificação profissional deve ser uma constante na vida do educador que precisa acompanhar as mudanças, absorver e repassar as informações de forma organizada e contextualizada, além de estabelecer boas relações com os estudantes. Perguntada sobre o maior desafio que enfrenta atualmente na educação, ela fez a seguinte colocação:

Tenho certeza que o maior desafio, pra mim é conseguir alinhar o trabalho pedagógico com os avanços tecnológicos, científicos e do campo da informação. Porque hoje os nossos estudantes têm informação demais, as vezes desorganizada, descontextualizada, pois eles não são mais

aqueles meninos de vinte anos atrás que esperavam muito do professor. Dependendo do assunto, eles têm mais informações do que a gente. Isso é fato! E a gente tenta acompanhar, mas eu, particularmente, ainda não consegui. E tem também uma questão comportamental. Hoje em dia, não está fácil o relacionamento com os estudantes, pois existe crises sociais graves, o aumento dos vícios, do tráfico de drogas [...] tem também o desemprego e várias outras questões sociais que estão afetando. Então, nós temos alunos muito adoecidos, sejam com questões orgânicas, familiares, psicológicas ou psiquiátricas [...] eles estão pedindo outro formato de aula e a gente tenta adequar essa mudança comportamental de forma aplicada à organização do currículo. Mas não é fácil.

Segundo a professora *Hera*, esse fator comportamental gera a necessidade de formação constante e acaba por gerar certa insegurança em relação aos resultados. Ela nota o crescente desinteresse dos alunos e tenta colocar-se em seus lugares, se perguntando o que poderia fazer para melhorar e tornar a aula mais interessante sob o ponto de vista didático. *Hera* admite que os próprios moldes da educação escolar acabam por “engessar” essa transmissão de conhecimento, muitas vezes impossibilitando a troca efetiva entre professor e aluno. Ela considera este modelo educacional conteudista, além de alguns formatos de aula, questões que causam certas frustrações:

O professor às vezes se frustra, porque não consegue ir além do que gostaria. Para o aluno, a gente se pergunta: será que ele está aprendendo? Alguns, sim, outros não [...] o prejuízo é que nem sempre a gente consegue articular bem o ensino e a aprendizagem. Outro problema maior que eu acho e que até diminuiu muito ao longo dos anos, mas ainda existe é que os alunos perdem o interesse, ficam desmotivados e deixam a escola.

Tendo uma vasta experiência, inclusive para além da docência na EMUC, a percepção de *Hera* sobre o abandono escolar é de que diminuiu bastante com o passar dos anos. Segundo seu relato, a EMUC sempre teve esse problema e as razões lhe parecem muito claras.

Famílias sem casa própria que não se fixavam no bairro sempre foi uma realidade na EMUC. Famílias vindas do interior de Minas ou do nordeste brasileiro também. Outra questão são os conflitos familiares e sociais que afastam o aluno da escola... então, ele vai embora e muitas vezes acaba voltando [...] houve tempos aqui em que convivemos com casos de violência, fome, alcoolismo em casa [...] e o estudante sumia. Quando a gente investigava descobria que era por razões familiares.

Ela lembrou casos recorrentes de conflitos familiares em que mulheres fugiam com os filhos devido à situação de violência doméstica. Mas *Hera* acredita que

todos, sob o ponto de vista de comunidade escolar, são responsáveis na questão do abandono.

Apesar da tentativa em fazer o melhor para o aluno, ocorre algumas insistências em métodos e abordagens que nem sempre são os mais apropriados, mas continuamos insistindo. As vezes a minha aula não foi boa, não porque os alunos têm dificuldade, mas talvez eu não tenha usado a estratégia adequada. Posso ter sido repetitiva, por exemplo. Pode ser também que a gestão tenha uma linha de conduta que não é legal pra escola e aí eu incluo o atendimento da secretaria e o acolhimento na informática, biblioteca, coordenação, até a merenda que é feita na cantina. Outra questão é se o espaço pros alunos e professores está limpo, iluminado e agradável, se o ambiente é adequado pra aprender, sem tumulto ou barulho demais [...] A gente sabe dos desafios que a gestão encontra, mas tudo isso é importante e atrativo e cabe a ela verificar.

Hera frisou que na EMUC as gestões têm se empenhado em garantir que o estudante se sinta integrado ao ambiente, participando ativamente do processo de ensino aprendizagem e considerando sempre os contextos. Ela ressalta que, apesar das dificuldades, a equipe educacional busca se informar da realidade dos alunos, principalmente quando identifica casos de infrequência.

Eu vejo em todas as gestões da EMUC, um interesse muito grande. Aqui a gente vai atrás mesmo. Até pega o carro, descobre onde o aluno mora, vai na casa dele, manda carta, telefona várias vezes, pede pro funcionário ir até lá [...] pergunta pros colegas sobre notícias [...] então, eu defendo muito a nossa escola nesse sentido, porque ela sempre teve essa postura engajada.

Quando questionada sobre a comunicação entre Conselho Tutelar, escola, SMED e demais programas da PBH que visam resguardar os direitos dos estudantes, *Hera* enaltece essa rede intersetorial.

Dissensos acontecem, mas toda essa rede de proteção, o Ministério Público, a Vara da Infância e do Adolescente, o Conselho Tutelar, são setores que quando bem articulados fazem toda a diferença. Mas muitas vezes o Conselho discorda da escola e vice-versa, gerando grandes embates, porque são muitas demandas e maneiras diferentes de lidar com o problema.

Contudo, ela acredita que a construção de políticas públicas que se deu nos governos anteriores e toda essa rede de proteção à infância e juventude, apesar de estar longe de ser ideal, são conquistas muito valiosas. *Hera* também enfatiza a questão relacional de proximidade que precisa existir entre aluno e professor,

buscando sempre ser ouvida, mas não deixando de ouvir o estudante, atentando-se sempre para os limites do respeito e da disciplina, dos quais ela não abre mão.

De um modo geral, a professora define como causas do abandono escolar no Brasil e na EMUC, “as condições sociais, econômicas, culturais e políticas do país.” Ela acredita que a escola é um reflexo disso tudo e mais uma vez aborda a corresponsabilidade de todos os indivíduos em relação a essa problemática.

Não tem essa história de só o governo é culpado ou só a família é culpada. Eu acho que nós professores não podemos perder de vista esse cuidado de ser educador. Nós não estamos aqui só pra compartilhar, ou pior ainda, repassar conhecimento. Isso está muito ultrapassado. Porque nossos alunos são sujeitos em formação, então há muito mais o que se fazer e abordar.

Hera finaliza a entrevista dizendo que tem muita esperança e se recusa a acreditar que a bandeira da educação nunca será prioridade no Brasil.

5.2.3: Estudante: *Fênix*

Posso classificar como emocionante e contundente a entrevista com a aluna aqui denominada por *Fênix*. Apesar de ter apenas treze anos de idade, ela demonstrou profunda compreensão da situação que a levou ao abandono escolar por mais de uma vez. *Fênix* estuda desde os sete anos na EMUC e seus relatos de experiências envolvendo a sala de aula, os professores e o Conselho Tutelar discorreram sobre duras críticas. Ela iniciou a entrevista falando que “apesar de desnecessário umas coisas que acontecem na escola e do povo falando na cabeça dela, ela gosta muito de estudar.” Sobre a didática das aulas, a aluna disse que os professores deveriam utilizar alguns recursos de maneira criativa e integrada e citou o celular como exemplo. Ela confessou que a proibição não impede que os estudantes utilizem o aparelho e deixem de prestar atenção na explicação do professor, o que acaba por causar muita exaltação.

Atualmente, a estudante mora com a tia, pelo fato de a mãe ser viciada em *crack* e viver como andarilha em uma região do bairro onde pessoas viciadas se

estabelecem. Quando ela tinha dez anos e cursava o 4º ano, *Fênix* e seu irmão abandonaram os estudos. Sobre esse período, ela conta o seguinte:

Eu morava aqui perto com a minha mãe nessa época, só que a gente saia pra fazer umas coisas erradas e não dava tempo de eu chegar na escola. Eu sempre chegava atrasada na sala de aula. Até que minha mãe foi morar na Vila Cemig e eu também fui com ela. A gente foi, porque chegou uma carta do Conselho Tutelar falando que a gente precisava ir lá, senão iam levar eu e meu irmão. A gente ficou lá na Vila e eu não vinha mais pras aulas [...] ela saia pra roubar e me levava. Quando uma coisa tá boa, a gente quer ficar e eu não tinha interesse de voltar pra cá. Então, a gente foi ficando, foi ficando até que um dia precisamos voltar. Aí foi quando o abrigo veio atrás de mim. Mas antes, eu voltei a estudar. Nem pensei em ir pra outra escola na época, porque eu já conhecia tudo aqui.

Fênix falou que o motivo do retorno foi em razão de uma carta que a mãe recebeu do Conselho Tutelar que dizia que era obrigatório que ela e o irmão voltasse a frequentar as aulas. Seu irmão também abandonou os estudos no mesmo ano, porém não retornou até o momento. Ela explica o que aconteceu com ele:

Meu irmão abandonou os estudos no 5º ano e por causa dos tumultos que aconteciam na nossa família, a gente sempre foi muito desligado da vida escolar. A gente só vinha pra cá pra nos abrigar e porque a gente achava que aqui era um refúgio. Só que a gente descontava tudo em vocês (risos), brigando e discutindo e vocês ficavam chorando. Mas foi nessa época que meu irmão começou a andar com umas mulheres cheias de filhos que usavam maconha e ele foi se “inteirando” nesse grupo. Eu acho que ele achou um acolhimento ali que aqui na escola não tinha. E ele ficava sabendo que os amigos dele ia passar de ano e ficava mais revoltado e não queria mais vir estudar. Hoje em dia ele mora com minha avó e não estuda mais. Pra ele a escola é um transtorno, porque toda vez que o Conselho Tutelar vinha atrás da gente era culpa da EMUC. Hoje ele só usa um determinado tipo de droga que é a maconha e se minha avó morrer ele está “no sal”, porque ele tem quinze anos e não tem nada. Ele entende que, se eu tenho uma comida aqui e ele não tem é só ir lá, pegar e pronto, porque foi o método que minha mãe ensinou pra gente.

Questionada sobre as escolhas tão diferenciadas que ela e o irmão fizeram, mesmo vivendo as mesmas experiências e exemplos negativos, ela justifica dizendo que ambos eram agressivos e descontavam a revolta que tinham “nas coisas ou nas pessoas”, porém ela, além de gostar de estudar, possui uma outra válvula de escape.

Eu descontava tudo na escrita. Exemplo: tinha aula de português, a professora falava de pronome e essas coisas assim e eu do nada começava a escrever o que eu estava sentindo e descontava na folha aquilo. Gostava quando ela dava aula de redação. Então eu fui aprendendo a administrar dessa forma. Mas meu irmão não encontrou um

refúgio assim. Ele acha que pode fazer qualquer coisa e ele fala que nada vai acontecer com ele. Desculpa a palavra, mas ele ligou o fudas. Ele não tá nem aí pra nada.

Fênix também contou sobre como as pessoas da EMUC agiram quando ela e o irmão pararam de vir às aulas. Sua perspectiva é de que a gestão da época fez além das suas possibilidades e não mediu esforços na tentativa de resgatá-los.

As duas diretoras da época que eram a Gaia e a Afrodite⁸, ficavam caçando a gente pela rua (risos). Elas ficavam vendo se a gente estava em algum lugar e iam de carro atrás, só que elas nunca encontravam. Porque a gente estava sempre em lugares distintos, ou seja, a gente estava aqui hoje, mas amanhã íamos para Ibirité ou Sarzedo, entendeu?

A estudante também tem lembranças fortes em relação às experiências que vivenciou no Conselho Tutelar. Ela conta que foram várias as vezes que convocaram a mãe e que ela nunca se esforçava para ir ao local. Quando finalmente foram, os conselheiros optaram por separar os filhos da mãe para argumentar sobre a situação de risco a qual os menores eram submetidos. No entanto, não se sentiu acolhida pelos profissionais.

Eu, minha mãe e meu irmão, a gente chegou lá com muito medo porque não sabia bem o que estava acontecendo. Saber sabia, só que a gente não queria acreditar. Aí, a assistente social começou a fazer pressão psicológica na gente. Ela falou assim: “Você rouba, né? Você faz isso ou não faz?” E então ela começava a incentivar a gente a falar coisas que não acontecia de verdade, colocando palavras na nossa boca e, no final, só o que ela falava que era certo. Ninguém ouvia a gente. Eu e meu irmão não abríamos a boca. E eles falando: “Ah, vocês saem pra roubar, pra fazer isso ou aquilo, você fuma droga, se prostitui.” [...] a gente não se abria, não falava o que estava acontecendo. E, sei lá! Eu só tinha vontade de matar ela. Mas ela só ficava falando um monte de coisa e falou que iria fazer uma outra ordem contra minha mãe. Nessa hora eu e meu irmão começamos a xingar ela, mas os guardas vieram e seguraram a gente, porque ficaram com medo da gente agredir a assistente social. Foi um tumulto, mas a culpa de tudo era dela.

Quando veio a ordem para o encaminhamento dos irmãos para um abrigo, *Fênix* conseguiu fugir, mas o irmão foi levado. Tentaram levá-la mais de uma vez e, em uma destas ocasiões, mãe e filha se esconderam na casa de uma funcionária da escola. “Apesar de não ter intimidade com ela foi o único refúgio que a gente viu, que tava perto, que nós encontramos pra ficar e não ser separadas.” A estudante não culpabiliza a mãe, transferindo esse valor à escola ou ao Conselho Tutelar.

⁸ Os nomes utilizados são fictícios com o intuito de preservar a identidade das diretoras.

“Quando você se espelha em alguém, quer ter as atitudes daquela pessoa. Que nem meu pai! Ele é um vagabundo e me desculpa a palavra, mas é isso que ele é. A única pessoa que, independente da situação, tava comigo era a minha mãe.”

A respeito do pai, a menina contou ter fortes memórias sobre a violência, dela apanhando quando tinha três anos, porque chorava muito quando a mãe saía e “eu sempre fui muito apegada a ela”. Relatou que o pai fazia roleta russa nas cabeças dela e do irmão e que, frequentemente, a mãe era ameaçada de morte. Até que, quando completou cinco anos de idade, a mulher resolveu fugir levando os filhos, chegando a se abrigar no meio do mato. *Fênix* tem lembranças do seu olho roxo e dos pais usando drogas juntos, mas reconhece que foi depois da vinda para Belo Horizonte que a mãe “afundou no *crack*.”

Desde os cinco anos eu e meu irmão ficamos sozinhos e a gente sempre se virou. Minha mãe tá na cracolândia e eu sinto muita saudade dela. De vez em quando eu vou lá, sabe? Mas só de vez em quando. Cada vez eu vou menos, porque a dor é demais. Cada dia ela tá pior.

É interessante a percepção que a estudante tem de si. Na escola, se gaba de não ser necessário se dedicar aos estudos em casa para ter boas notas nas provas e de “nunca ter ficado de recuperação”. Ela acredita que é “conhecida pelo seu histórico” e que, por isso é meio agressiva com as pessoas. “Ao mesmo tempo em que eu xingo, eu encanto as pessoas. Não sei te dizer o que acontece.”

[...] mas o meu jeito é assim, grosso. Quando as pessoas entendem as coisas eu mostro meu jeito normal da vida, sabe? [...] por fora, a gente é muito dura, pra esconder que é frágil e pra não sofrer depois. Eu sou assim, entendeu? Se você chamar minha atenção eu vou te responder. Eu não calo a minha boca pra ninguém. [...] hoje, consigo me expressar melhor com as pessoas, mas nunca vou deixar de escrever.

Sugeri que *Fênix* imaginasse uma folha em branco em que pudesse escrever o que mudaria na EMUC, para que os alunos tivessem interesse e sentissem prazer de estudar, diminuindo o abandono escolar. A resposta foi a seguinte:

Eu usaria todos os métodos que a escola tem em favor disso, porque as vezes o aluno vem pra cá e ninguém sabe o que está acontecendo com ele, pra ele ficar xingando o professor [...] eu desconto nas pessoas o que eu sinto pra aliviar, entendeu? E tudo envolve muito mais os professores, sabe? Eu sei que eles têm a vida pessoal deles, mas às vezes, eles também descontam tudo na gente. Esse ano estou tendo muito

constrangimento e eles chegam já mandando a gente calar a boca e colocam aquele microfôninho “no talo”, como se a gente fosse obrigada a suportar isso, por uma autoridade que eles têm na sala de aula. Professor não tem que querer mostrar que é ele que manda, porque aí o aluno vai querer mostrar que manda também. Eu acho que ele tinha que tentar ser amigo do aluno, tipo “cê tá com alguma dificuldade, cê quer ajuda com alguma coisa?”. É acolher. Dar aula pra mim é isso e não só encher o quadro de coisas, explicar e pronto [...] o aluno, as vezes não quer escrever, porque está com a cabeça cheia de coisa, tem muita coisa em cima dele pra idade que ele tem.

Fênix contou que, algumas vezes foi para a escola com fome, mas que não encontrava ninguém disposto a escutar o que ela tinha a dizer.

[...] a gente vem pra escola como só Deus sabe, podendo tá esperando um prato de comida vazio, só uma farinha, só um arroz pra comer. Isso já aconteceu comigo e eu ia tentar refugiar em alguém, mas não encontrava isso em ninguém. Eu acho que a escola tinha que ser um lugar de abrigo pras pessoas.

No período em que esteve afastada da escola, o sentimento que tinha era de saudade, principalmente de alguns colegas. Ela conta que sempre tinha um caderno à mão para inventar perguntas ou “continhas de matemática” e que sabia que, mais cedo ou mais tarde, iria voltar para a EMUC. *Fênix* contou que, apesar de estar distante das aulas, nunca experimentou droga nem se prostituiu e “o que fazia de errado era pegar as coisas dos outros”. Atualmente, disse que há dias em que não se sente estimulada a ir para a escola. Nesse momento da entrevista, a estudante discorreu sobre alguns professores que a tratam de maneira muito distinta, sendo empáticos ou arrogantes e, novamente frisou que, sob seu ponto de vista, “professor tinha que ser amigo que ensina coisas.” Questionada sobre quais mudanças faria em sua família, *Fênix* respondeu:

Eu mudaria a trajetória toda da minha família, porque ela é motivo de vergonha na rua. Tipo, a gente já chegou a trabalhar em casa de família, eu e minha tia e quando souberam quem era meus tios, falavam: “Não, não quero mais”. Então, eu mudaria isso. O destino deles. [...] a gente já foi muito discriminado na rua, em locais que a gente ia e até mesmo não entramos por causa deles.

Já em relação à escola, ela diz que não mudaria nada e disse que “toda vez que eu xingo, toda vez que eu desrespeito, todas as vezes que eu maltrato, eu tô sentindo alguma coisa e se eu não aliviar daquele jeito, seria de uma maneira pior.” *Fênix* finalizou a entrevista dizendo que gostaria de ser “pelo menos uma que deu

certo” em sua família e que pretende se tornar juíza, “para não julgar de qualquer maneira, ser justa e ver o lado da pessoa”. Se tiver que punir eu vou punir, mas com justiça.”

6. DISCUSSÃO

Segundo o Boletim de Aprendizado em Foco de 2017, as causas da evasão e abandono escolar são contextuais (acesso limitado à escola, necessidade especial do estudante, gravidez e maternidade, atividades ilegais, ingresso no mercado de trabalho, pobreza, violência) e motivacionais (déficit de aprendizado, significado, flexibilidade, qualidade da educação, clima escolar, percepção da importância e desafios emocionais).⁹ A EMUC recebe muitos alunos de comunidades consideradas vulneráveis e sabemos que são estes, sob condições econômicas e sociais fragilizadas, os que mais abandonam a escola. No entanto, os resultados numéricos desta pesquisa surpreenderam positivamente, pois a expectativa era de que haveria um número maior de afastamentos em um período de quatro anos. A pesquisa apontou 29 alunos que receberam o *status* AFA no período investigado, dos quais quinze eram do sexo masculino, dezessete residiam somente com a mãe e dezoito tiveram como declarada a cor parda. No 3º ciclo houve um número maior de afastamentos escolares, o que é comprovado pelo fluxo do Panorama da EMUC em 2017¹⁰ disponibilizado pela SMED, cujos percentuais são demonstrados na tabela abaixo:

⁹ Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas. As causas da evasão e abandono escolar. Disponível em <http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#fatores>. Acesso em 05, ago. 2019.

¹⁰ Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Panorama da Escola Municipal União Comunitária em 2017*. Belo Horizonte, 2019. Acesso em 29 out. 2019. Os dados são do MEC, porém a SMED-BH disponibilizou um folheto com o Panorama de cada escola para consulta prática.

Tabela 2 - Fluxo da EMUC em 2017

Total/Taxas	Anos Iniciais						Anos Finais					Geral
	1º	2º	3º	4º	5º	Total	6º	7º	8º	9º	Total	
Abandono (%)	0	0	0	0	2	0,4	0	2,1	2,8	2,4	1,8	1

Fonte: MEC/INEP Censo 2017/2018

Proporcionar a adesão dos estudantes às aulas escolares, bem como buscar por aqueles que as abandonaram, não é uma responsabilidade única da escola. Sob o ponto de vista macro, a intersetorialidade é realizada a nível federativo, estadual e municipal de forma coletiva e integrada em diversos âmbitos: saúde, educação, segurança, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e da Juventude, entre outros. No entanto, quando se trata da articulação e aplicabilidade por estas instituições, as políticas públicas são setorizadas, por funcionar apenas de modo interdependente e não cooperativo. No caso da escola, cujos problemas são latentes, muitas vezes, a demora dos trâmites e a interpretação ou entendimento que se tem da lei pode deixar a criança ou adolescente desassistido e as orientações do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) podem tornar-se pouco aplicáveis.

Ao analisarmos a entrevista da aluna *Fênix* e da docente *Hera*, identificamos um mesmo problema que foi citado por ambas, que diz respeito ao formato das aulas e a didática que necessita de constante inovação, dada a interatividade dos alunos das gerações atuais. Em alguns aspectos, a realidade das escolas, sob o ponto de vista pedagógico é de uma prática educadora normativa que visa o cumprimento de metas, tolhendo a promoção da coletividade nos processos de ensino-aprendizagem. Alguns professores e os próprios moldes da gestão educacional, insistem num modelo tradicional de pouca contextualização entre conteúdo e realidades vivenciadas, no qual o estudante participa passivamente do próprio aprendizado. Há de se levar em conta o formato pouco diversificado das aulas e a hipervalorização dos processos avaliativos, deixando de explorar a diversidade coexistente. Isso inviabiliza o saber por meio do reconhecimento das habilidades e talentos, devido a essa base de modelo educacional estratificado. Almeja-se uma homogeneidade utópica em relação àquele estudante que não se sente “integrado”

ou “adequado” a essa metodologia linear e quantitativa, que impede o seu protagonismo. Desestimulado, ele se torna infrequente e tende a abandonar o ambiente escolar.

Por outro lado, a fala da docente *Athena* remete à falta de investimento e desvalorização da educação pública, sendo o professor culpabilizado em decorrência do fracasso escolar, pelo estudante, pelas famílias e até mesmo pela gestão educacional. Este profissional não tem o devido reconhecimento que lhe é inerente, levando em consideração, inclusive, seus baixos salários. Cabe à escola pública lutar pela valorização dos seus profissionais e ao poder público reconhecê-los. Na construção do sujeito/professor e demais profissionais da escola, as visões de mundo podem levá-los à resistência transformadora ou a certa acomodação. Nesse sentido, contextualizo Paulo Freire, que norteia os docentes de forma a também integrá-los como "povo", por se auto construírem e promoverem lutas sociais através do saber, pois segundo ele:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história.

“Ser sujeito da própria história” é o que deseja a aluna *Fênix*, cuja fala parece moldada pelo sofrimento imposto à sua família. Isso, faz-nos refletir sobre a realidade de milhões de crianças e adolescentes que vivem sob condições de vulnerabilidade social, acossadas pelas drogas, fome, miséria e violência. Dentre as graves consequências do abandono escolar, a desigualdade social é a mais preocupante, pois além de distanciar o indivíduo pobre dos seus objetivos, desencadeia um efeito cascata de outras consequências devastadoras sob o ponto de vista individual e social. Uma delas é a violência, que tem aumentado à medida em que o acesso à escolaridade diminui. Em 2011, o professor Evandro Camargo Teixeira, mostrou através da sua tese de doutorado nomeada “Dois ensaios acerca da relação entre criminalidade e educação” que houve um aumento de 51% dos crimes no Brasil entre 2001 e 2005 e que, a isto, atribuiu-se o aumento das taxas de exclusão escolar, principalmente dentre os jovens. O modelo econométrico que

conduziu o estudo estabeleceu a relação crescente entre o abandono dos estudantes às aulas e as taxas de homicídios no país.

Já em 2014, ao investigar a educação escolar de adolescentes detidos na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) no Rio Grande do Sul, o jornalista e sociólogo Marcos Flávio Rolim também demonstrou a relação entre os baixos índices de escolarização e a criminalidade. Em sua pesquisa, por meio de entrevistas com os internos considerados altamente perigosos e, também através de dados obtidos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), ele apontou que a média de anos de estudos dos meninos era de 6,59%, significativamente mais baixa que a média estadual de 8,75% e que a nacional de 8,30%. Tais informações vêm de encontro ao que foi divulgado pela Unicef e reitera a necessidade de adoção de estratégias para reduzir a exclusão escolar, sendo este um aspecto negligenciado pela gestão em segurança pública no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é relevante por apresentar uma análise do perfil dos alunos que abandonaram a EMUC entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2018, além de possibilitar a reflexão da comunidade escolar como um todo. As intervenções capazes de promover resultados efetivos dependem principalmente de políticas públicas sociais no agir macro e intersetorial, o que não significa que no âmbito escolar, medidas não possam ser consideradas. Dentre elas e levando em consideração os relatos das entrevistadas, sugere-se a avaliação da infraestrutura escolar, a capacitação dos docentes e a incorporação de novas tecnologias junto à proposta pedagógica, a implantação de projetos interdisciplinares, a redução de alunos em sala de aula e a manutenção do controle de frequência. No entanto, sabemos das dificuldades quanto a aplicabilidade de algumas destas estratégias, uma vez que há um engessamento do sistema educacional, além da falta de recursos humanos, financeiros, físicos e materiais que permeiam a crise na educação. Aliás, este tem sido um desafio dos mais árduos, pois o governo atual legitima a desvalorização da educação, além de caracterizar determinados

assuntos curriculares como ideológicos e “imorais”, mesmo sendo estes altamente relevantes e pertencentes à história e cultura humana.

Portanto, a problemática do abandono escolar no Brasil, por ser um processo dinâmico que culmina primeiramente com o fracasso pessoal do estudante, necessita de abordagem contextualizada e ampla, no que tange às razões e os sujeitos envolvidos, abrangendo fatores intrínsecos e extrínsecos à vida social e escolar do mesmo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. *É a educação um direito humano? Por quê?* In: SACAVINO, Suzana e CANDAU, Vera Maria (Org). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas. Petrópolis: DP et Alli Editora, 2008.

ARROYO, M.G. *Educação e exclusão da cidadania*. In: BUFFA, E. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão*. 14 ed. São Paulo. Cortez, 2017.

BELO HORIZONTE. *Lei nº 11132, de 18 de setembro de 2018. Cria o cargo público de Assistente Administrativo Educacional e dá outras providências*. Diário Oficial do Município. Ano XXIV, n. 5616. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1200509> Acessado em 12, out. 2019.

BELO HORIZONTE. *Resolução CME/BH nº 02/2019. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental nas Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte e dá outras providências*. Diário Oficial do Município. Ano XXV, n. 5845. <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1216523> Acessado em 12, set. 2019.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10 set, 2019.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.04. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL UNIÃO COMUNITÁRIA. *Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: 2004, p.04 – 06.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FILHO, R.B.S; ARAÚJO, R.M.L. *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas possíveis e consequências*. Revista Educação por Escrito. Porto Alegre, v.8, n.1, p.35-48, jun. 2017. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acessado em 23, ago. 2019.

GALERIA DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE INICIATIVAS PÚBLICAS. *As causas da evasão e abandono escolar*. Disponível em <http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#fatores>. Acesso em 05, ago. 2019.

GOMES, A. C; CAPANEMA, C. F.; CABANELAS, L. C. *Educação e trabalho: representações de professores e alunos do ensino médio*. Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30404.pdf>. Acesso em 08, out. 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Inep divulga taxas de rendimento escolar; números mostram tendência histórica de melhora*. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-taxas-de-rendimento-escolar-numeros-mostram-tendencia-historica-de-melhora/21206. Acesso em 05, nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estatísticas de Gênero. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=-15,-16,55,-17,-18,128&ind=4704>. Acesso em 14, out. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência em 2019*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acessado em 03, out. 2019.

MAITÉ, R. S.; ARRAES, R. A. *Determinantes da Evasão e da Repetência Escolar*. Disponível em http://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss2_artigos2014_determinantes_evasao_repetencia_escolar.pdf/ad70eaa8-0185-4455-a380-3f97c33fbe5d. Acesso em 08 out, 2019.

OLIVEIRA, C. G. *A matriz positivista na educação Brasileira: uma análise das portas de entrada no período Republicano*. Diálogos acadêmicos. São Paulo, v.1, n.1, p.1, 2010. Disponível em http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/2017062710812.pdf. Acesso em 15, fev. 2019.

RESENDE, J. P. *Crime social, castigo social: o efeito da desigualdade de renda sobre as taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros*. 2007. 83p. Dissertação (Mestrado em economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. *Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina*. PR, 2010.

ROLIM, M. *A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disponibilidade violenta*. Lume: Repositório Digital-UFRGS. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102225>. Acesso em 19, fev. 2019.

SILVA, T. T. *Pedagogia do oprimido versus pedagogia dos conteúdos*. *Educação, sociedade e cultura*. Belo Horizonte, n.23, p.207-214, 2005. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-arquivo.pdf>. Acesso em 15, fev. 2019.

VALADARES, J. M. *A fundação da Escola Plural*. Cad. Pesquisa. vol.46 nº 162. São Paulo, 2016.

VARELA, J, ALVAREZ-URIA, F. *A Maquinaria Escolar: Teoria e Educação*. São Paulo, n.06, p.68-96,1992. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/unicef-em-acao>. Acesso em 11, fev. 2019.

VASCONCELLOS, C. S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. 15 ed. São Paulo: Libertad, 2005.

TEIXEIRA, E. C. *Dois Ensaio acerca da relação entre criminalidade e educação*. Tese (Doutorado em Economia). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz,